

De Rubem Braga, Enviado do «Diário de Notícias», à Argentina

Belo Espetáculo Democrático Deu a Argentina ao Continente

★ ABSOLUTA LIBERDADE NA PROPAGANDA

BUENOS AIRES, 27 (Por gentileza da VARIG) — Cessada a campanha eleitoral e tudo fazendo prevêr um belo domingo de sol e frio suave, os argentinos foram às urnas eleger 205 membros da Convenção encarregada de reformar a Constituição de 1853. Essa velha Constituição foi alterada em pontos não essenciais em 1860, 1866 e 1898, e depois profundamente reformada no governo Perón. A reforma peronista foi, porém, revogada pelo Governo Revolucionário.

O CALENDÁRIO DA REVOLUÇÃO

O decreto que convocou o povo para as eleições fixou expressamente os poderes da Convenção e citou os artigos da Constituição que ela poderá alterar e que já citamos em correspondência anterior. O chamado «Calendário Político da Revolução» marca para 15 de novembro deste ano a convocatória das eleições gerais; para 23 de fevereiro essas eleições, e para 1º de maio, a entrega do poder ao novo governo.

Para demonstrar que não pretende eternizar-se no poder, o Governo Revolucionário estabeleceu em decreto que a Convenção elei-

ta deverá reunir-se o mais tardar a 1º de setembro e deverá trabalhar depressa, encerrando suas reuniões a 1º de outubro. O decreto admite que a própria Convenção prorogue seus trabalhos até 14 de outubro, mas estatui que no tocante ao regime eleitoral ela deve deliberar sem falta até 1º de novembro. Se não o fizer, as eleições gerais de 23 de fevereiro serão feitas segundo o sistema eleitoral prescrito pela atual Constituição. Todos os projetos de reforma não aprovados até a data marcada serão considerados inexistentes.

OS ELEITOS GANHARÃO POUCO...

A Convenção não se reunirá em Buenos Aires, mas em Santa Fé, capital da Província do mesmo nome, onde se reuniram os constituintes de 1853. Sua sede será a Universidade do Litoral — litoral de rio, pois Santa Fé não é porto de mar... Cada convencional receberá uma compensação de apenas 20 mil pesos, mais ou menos 36 mil cruzeiros, o que honra as tradições de austeridade do Governo Revolucionário, mas é evidentemente muito pouco e, segundo se afirma, desanimou vários candidatos a candidatos...

CAMPANHA LIMPA

Deixando de parte as incompatibilidades dos chefes peronistas, que são tanto mais compreensíveis quanto o Governo Revolucionário resolveu declarar também a incompatibilidade, para estas eleições e para as de fevereiro, de todos os seus membros, a campanha eleitoral se desenvolveu com a maior liberdade. Já contei que os partidos foram ajudados de toda a maneira: o governo paga, para amigos ou adversários, a impressão de cédulas, o transporte de eleitores rurais e garante na Rádio Nacional — ouça esta sugestão, dr. Juscelino! — horário para que todos os partidos possam fazer livremente sua propaganda. Nessa rádio ou na Televisão Belgrano, que também pertence ao Estado, os candidatos dos partidos que atacam o governo falam com a mesma liberdade e desenvoltura dos outros — porque elas pertencem ao Estado, e não ao Governo.

O NÚMERO DE CONVENCIONAIS

Serão eleitos também constituintes provinciais, mas só nas províncias que tinham adotado Constituições peronistas e que são oito: Chaco, Chubut, Formosa, La Pampa, Misiones, Neuquén, Rio Negro e Santa Cruz. Na Terra do Fogo, nas ilhas do Sul e na Antártida não haverá eleições. (Conclui na 2ª página)

366

Belo Espetáculo Democrático...

(Conclusão da 1ª página)

Cada província elege um mínimo de dois convencionais, e mais um em cada 100 mil habitantes ou fração não menor de 50 mil. Isso dá 45 convencionais para a Província de Buenos Aires, 32 para a Capital Federal, 19 para Santa Fé, 17 para Córdoba, 10 para Entre Rios, 8 para Mendoza e também 8 para Tucuman, etc. etc., até o mínimo de 2 para Santa Cruz.

O eleitorado me parece enorme para um país que ainda tem menos de 20 milhões de habitantes: é de 9.726.520 eleitores, dos quais 4.976.815 do sexo masculino.

Na capital apresentaram chapas 17 partidos, sendo menor o número de partidos nas províncias. O voto é obrigatório, mas habitualmente as penas cominadas para a abstenção não chegam, como entre nós, a se efetivar. Três partidos — o Azul e Branco, o Populista e a União Popular — fizeram campanha a favor do voto em branco e, portanto, não apresentaram chapas.

HIPÓTESES ELEITORAIS

O principal opositor ao governo, Arturo Frondizi, da Intransigência Radical (candidato certamente à Presidência da República nas eleições de fevereiro próximo) disse que, se tiver maioria na Convenção, a dissolverá. O presidente Aramburu já declarou, inclusive a este repórter, que mesmo assim fará realizar as eleições gerais a 23 de fevereiro, mas não é demasiado supor que essa hipótese poderá desagradar seriamente a muitos círculos e inclusive provocar emoção nos meios militares, com consequências não fáceis de prevêr.

Também é impossível imaginar o que acontecerá se a Convenção resolver anular por conta própria os poderes que lhe cabem expressamente. Não há dúvida de que o resultado das eleições depende em grande parte da atitude que tomar a maioria da massa que há três anos votava por Perón, e que Frondizi namora escandalosamente, incitando-a a dar um «voto combatente» e não o voto em branco aconselhado pelo ex-ditador. Embora negue com veemência que faça uma campanha disfarçada pelo voto em branco (que desviaria possíveis votos de Frondizi) o Governo Revolucionário, de cuja sinceridade não há nenhum elemento concreto para duvidar, «torce» naturalmente para que os partidos que o apoiam, principalmente graças aos Radicais não-frondizistas, tenham maioria na Convenção, em vista da divisão das forças contrárias.

De qualquer modo, o pleito foi, como a campanha eleitoral, um belo espetáculo democrático que a Argentina deu ao Continente depois de tantos anos de ditaduras e de opressão.

UM ARTIGO DO ESCRITOR JORGE LUIS BORGES

— Os intelectuais argentinos estiveram unidos muito tempo — porque todos eles, com raras e desprezíveis exceções, ficaram contra Perón e sofreram mais ou menos com a ditadura. Agora, porém, eles se dividem pelos vários partidos e assumem diferentes posições, inclusive na maneira de considerar o fenômeno peronista. Vou traduzir o pequeno artigo publicado em «Ficción» por Jorge Luis Borges, certamente um maiores escritores da Argentina, traduzido em várias línguas. Borges comenta a atitude dos que, como Frondizi, «compreendem» um pouco demasiado, por necessidade eleitoral, o peronismo, que ambos combateram.

Lá vai o artigo.

«Se não me engano, há duas maneiras fundamentais de conceber a história. A mais antiga pressupõe o livre arbítrio, e se crê autorizada a formular censuras e aprovações; a outra é determinista, e rebaixa os atos dos homens a um determinismo pessoal e fatal de

ações inelutáveis.

Ambas são lícitas, já que ninguém sabe a qual das duas obedece o mundo. Se a pedra que cáí fosse consciente, observa Spinoza, ela se acreditaria livre, e estaria segura de que se moveu porque assim quis sua vontade.

A partir do ano de 1955 pululam as histórias e análises do regime abolido. O fato não é estranho; a ditadura foi inverossímil, e mesmo incrível, o um dos consolos (ou talvez dos horrores adicionais) daquela longa noite, recordo-me muito bem, era sentir que era irreal. (Suspeito que a palavra pesadêlo, aplicada ao tempo de Perón, não é uma metáfora. A frequência de seu emprego quase o prova). O estranho é a conduta híbrida dos historiadores. Esses incorruptíveis aplicam com rigor as noções de livre arbítrio e culpam a quantos governaram o país — salvo o partido de Perón, para o qual reservam os benefícios do fatalismo histórico. Resulta, assim, que todos os argentinos têm a culpa da ditadura deposta, salvo, entenda-se, o ditador, seus legisladores, Nieves Malaver, os membros da CGT e da ADEA, os Cardoso, a Aliança Libertadora e as turbas que, entre um saque e um incêndio, enclham de horror as noites de Buenos Aires vociferando: «Mi general cuanto valés!» e outros servilismos do repertório.

O estilo dos textos de que falo é revelador. Em um só parágrafo anotei as expressões: «povo insurrecto», «entrega da pátria aos consórcios estrangeiros» e «oligarquia». Inútil prosseguir; o leitor já reconheceu o dialeto, o vocabulário e quase a voz do Pai dos Pobres ou de sua ligeira variante, o Candidato Único, ou de alguma variante desta variante... O remédio, está claro, é voluntário. Os que num estilo reflexo, fazem tais análises notoriamente a fazem para conseguir o favor de um eleitorado que supõem muito numeroso. Não os move o magnânimo temor de mostrar-se duros com o adversário caído; sabem que a batalha persiste, e se entendem, ou querem se entender, com os opressores de ontem. Simulam incoercível sinceridade, mas não tem uma só palavra de condenação para os assaltos, os roubos, os descarriamentos e os incêndios; aludir à violência e à sabotagem poderia aborrecer o monstro múltiplo.

Esse recato é compreensível, mas entendo que é excessivo. Se, como sugerem os analistas, o povo, foi partidário do ditador, a revolução, tão pobre de recursos materiais como rica de valentia, não teria alcançado o triunfo. Além disso a ética não é um ramo da estatística; uma coisa não deixa de ser atroz porque milhares de homens a tenham aclamado ou executado».

30.7.57

367